

CRACK: UM DESAFIO SOCIAL. Sapori LF, Me-deiros R, organizadores. Belo Horizonte: Editora PUC Minas; 2010. 220 p.

ISBN: 978-85-60778-70-6

Dividido em sete capítulos, o livro *Crack: Um Desafio Social* reúne autores de diversas áreas relacionadas à temática, os quais apresentam a questão sob o enfoque da saúde e da segurança públicas. A obra traz os resultados de uma pesquisa quantitativa e qualitativa realizada entre dezembro de 2008 e julho de 2010 com o objetivo de compreender os mecanismos sociais e simbólicos do tráfico e do consumo de *crack* em Belo Horizonte. Embora apresente um panorama da região metropolitana da capital mineira, a publicação traz conceitos e estudos facilmente aplicados a todo o Brasil, principalmente no que se refere ao tratamento dos dependentes.

Bernardo Starling Albuquerque, no capítulo “*Idade Doida da Pedra*”: *Configurações Históricas e Antropológicas do Crack na Contemporaneidade*, apresenta um histórico e contextualização do uso de drogas, inclusive o *crack*. O autor faz uma associação entre, por um lado, o capitalismo e a sociedade de consumo (de qualquer substância/objeto) e, por outro, a felicidade, afirmando que a mídia é um dos mecanismos que mais influenciam o comportamento consumista. Para ele, o *crack* ocupa, hoje, na sociedade, uma posição diferenciada das outras drogas, sendo compreendido como o maior responsável “por todos os problemas da sociedade”, o que também é reforçado pela mídia.

No capítulo *A Relação entre o Comércio do Crack e a Violência Urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte*, os sociólogos Luis Flávio Sapori e Bráulio Figueiredo Alves da Silva, juntamente com a pesquisadora em segurança pública, Lúcia Lamounier Sena, exploram, por meio de estudos relacionados à incidência de homicídios, o impacto das drogas ilícitas na dinâmica da criminalidade. Ao analisar a evolução dos homicídios num período de 20 anos, a tese é de que o recrudescimento dos assassinatos em Belo Horizonte esteve relacionado à consolidação do tráfico do *crack* na cidade. O capítulo apresenta o papel das redes de drogas e a dinâmica no comércio destas, bem como a organicidade do processo comercial, incluindo a autorregulação da violência no interior do tráfico do *crack*.

Os cientistas sociais Gustavo dos Santos Fantauzzi e Bruna de Fátima Chaves Aarão afirmam, no capítulo *O Advento do Crack no Contexto Político Brasileiro*, que a temática está diretamente ligada ao âmbito da saúde e da segurança públicas, além de aos direitos humanos. Em uma análise de 53 normas institucionais (legislações) criadas desde 1938, nas três esferas de governo, 77,4% não têm foco em medidas para a saúde e 60,3% têm caráter proibicionista; apenas 11,3% têm foco em medidas de segurança pública. Os autores apresentam, também, os diversos órgãos criados pelo governo federal.

Segundo Fantauzzi e Aarão, não há interação entre as políticas existentes: a Política Nacional, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, está ligada, direta ou indiretamente, à segurança pública; já a Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas ressalta a necessidade da diversidade e pluralidade de ações neste campo. As duas políticas são diferentes em suas correntes ideológicas, o que gera problemas em suas execuções. Os autores criticam a ênfase negativa dada, pelo governo, aos usuários de *crack*, por meio da mídia e de instituições de tratamento, comparativamente aos usuários de outros tipos de psicoativos.

O sociólogo Radamés Andrade Vieira, no capítulo *As Injunções da Pedra*, traz o dramático depoimento dos usuários. Os dependentes inveterados de *crack* se veem como sujeitos doentes com necessidades de acesso aos dispositivos de saúde; eles apresentam histórico de uso intercalado de álcool, tabaco, maconha e cocaína. Por meio de relatos, são apresentados ao leitor os ritos de consumo, as recaídas, as abstinências e convivência com os traficantes.

No que se refere ao tratamento, as instituições carecem de orientação embasada em diagnósticos técnicos consistentes, uma vez que, em fazendas e comunidades terapêuticas, os indivíduos “matam o tempo” entre relatos, trabalho e excessivas liturgias bíblicas. O autor critica também as instituições governamentais que, embora sejam mais complexas, ainda são deficitárias e não suficientemente integradas.

A Luta do Crackeiro Embaraçado entre a Fissura e a Intoxicação é o tema tratado pela psicóloga Antonieta G. Bizzotto, que ressalta, mais uma vez, o papel da mídia nesse debate: esta seria a encarregada pela demonização do *crack* com forte sobrecarga moral, associando o seu uso à violência. Para a autora, a dimensão prazerosa da droga não pode ser silenciada por uma moral preconceituosa; o uso do *crack* é comparado, muitas vezes, ao prazer sexual, existindo um prazer autoerótico no ato de fumá-lo.

Para explorar *O Tratamento ao Usuário Compulsivo de Crack: Fissuras no Cotidiano Profissional*, o psicólogo Gustavo Satler Cetlin ouviu os profissionais de saúde envolvidos no tratamento. Estes relatam que o usuário de *crack* não é visto como uma “categoria à parte” nos centros de tratamento, ou seja, ele não ocuparia um lugar ou mereceria uma definição especial. Para o autor, é mais provável que a relação dos profissionais com esse tipo de paciente resulte muito mais da forma como a mídia expõe o assunto e não como o seu dia a dia lhe mostra.

A grande dificuldade no tratamento seria o estabelecimento do vínculo terapêutico com a instituição e o manejo correto, por parte dos profissionais, da fissura. “*O manejo da fissura contempla uma dedicação exclusiva do profissional àquele paciente naquele momento, procurando dilatar o tempo do sujeito na instituição*”, diz o autor.

No último, e mais longo, capítulo, intitulado *Clínica e Croni(cidade): Impactos do Uso/Abuso de Crack na Configuração Urbana e nos Tratamentos da Toxicomania*, a antropóloga Regina Medeiros diz que o tema é tratado “*como se a droga tivesse o poder de atuar no indivíduo e este na sociedade*”, sendo esta a grande vítima do entorpecente, que passaria a ser um personagem dotado de vida própria e poder destruidor.

Mais uma vez, a mídia desempenharia o papel protagonista de estabelecer e legitimar a demonização do *crack*, localizando e culpabilizando o indivíduo, de forma que o debate seja desviado da dimensão socioeconômica, política, jurídica, clínica e cultural. A antropóloga afirma que o *crack* “*é uma substância que dá à pobreza acesso ao sonhado consumo contemporâneo e, principalmente, permite a essa categoria escapar temporariamente da rotina e mazelas do cotidiano*”.

O *crack* torna-se, então, o bode expiatório dos grandes problemas da sociedade contemporânea, e a mídia, porta-voz de um discurso ideológico predominante, definidora da agenda de assuntos que serão levados à sociedade. As notícias apresentam territórios como as

cracolândias, por exemplo, como espaços típicos de violência e delinquência, ignorando a organicidade existente ali, com características (e qualidades) como acolhimento, visibilidade, interação social e proteção.

É perceptível a existência de outras drogas talvez mais desastrosas que o *crack*, as quais causam problemas sociais e de saúde pública também maiores, mas que não estão recebendo a devida atenção da sociedade.

O drama do uso do tabaco, álcool ou cocaína, dentre outros, é, muitas vezes, ignorado. Por outro lado, ainda não está claro se esse chamamento para o “enfrentamento” ao *crack* se deve ao problema real que a droga causa ao ser humano ou ao fato de a sociedade ter de se deparar com a sua decadência em cada esquina. Quaisquer das alternativas requerem atenção e ação, mas é a consciência do problema real que vai definir estratégias eficazes.

Eva Patricia Alvares Lopes
Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
patriciaalvares77@gmail.com